

## **Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção**

### **1. Apresentação**

Este documento se destina a subsidiar os debates a serem realizados nos Seminários Regionais e Nacional da ANA sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. Seu conteúdo e elaboração foram definidos em uma oficina realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, nos dias 02 e 03/02/2012, em Brasília, onde foi debatido e planejado o processo de participação da ANA na construção da referida política. Participaram dessa oficina pelo lado da ANA: CONTAG; MPA; MST; MMC; CNS; Rede Cerrado/CAA NM; ASA; Rede Ecovida; ABA-Agroecologia; UNICAFES; ANC; FASE; AS-PTA; Sec Exec ANA e as entidades executoras dos projetos PDA para os seminários regionais (CETAP, CTA-ZM, SASOP e Tijupá). Pelo lado do governo participaram: MMA; MAPA; MDS; MDA; CONAB; INCRA.

O documento baseia-se fundamentalmente nos debates realizados durante a oficina e se divide em seis tópicos. Após esta apresentação são descritos os antecedentes e, a seguir, as percepções das redes e movimentos sobre esta proposta de política do governo. No quarto tópico são apresentadas algumas premissas do “campo agroecológico” para este debate e, no quinto, considerações sobre o processo de elaboração e negociação da política. Finalmente, são apresentadas algumas orientações para a realização dos seminários regionais.

### **2. Antecedentes**

A iniciativa de elaboração de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção em diálogo com a sociedade civil partiu do governo brasileiro e vem sendo polarizada pelo Ministério do Meio Ambiente em articulação com outros ministérios.

Em 2010 houve debates na ANA e no CONSEA pressionando o Ministério do Meio Ambiente – MMA pela implementação e o monitoramento do Programa Nacional de Agrobiodiversidade, já que este ministério ancorava o programa naquela época. Logo no início do governo Dilma, em janeiro de 2011, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, convidou a ANA e movimentos sociais para um debate, onde reconheceu a necessidade de dar o devido lugar ao desenvolvimento rural, à agricultura familiar e à agroecologia na política ambiental e em suas relações com outras políticas do governo. Já nesse momento, anunciou a intenção tomar algumas iniciativas concretas embora, à época, não estivesse claro se essas medidas seriam operacionalizadas por meio de um Programa, de um Plano ou de uma Política Nacional. Este instrumento daria concretude à iniciativa política do MMA de pautar a Agroecologia “para dentro” do governo federal, tomando a iniciativa de articulação com outros ministérios e órgãos públicos e com a sociedade civil organizada. De nossa parte, colocamo-nos dispostos a seguir em diálogo nessa agenda, e reforçamos também a importância do MMA criar e fortalecer simultaneamente seus próprios instrumentos de apoio e

fomento às organizações da sociedade civil para desenvolverem projetos e ações com enfoque agroecológico.

Seguiram-se a essas audiências, duas reuniões entre a ANA e o MMA, mais exatamente com a equipe da Secretaria do Extrativismo e do Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), que tem a frente o secretário Roberto Vizentin, e com a ministra Izabella. Da primeira reunião, além de pessoas do núcleo executivo da ANA, participaram representantes dos seguintes movimentos e redes: Rede Cerrado, Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Articulação no Semi-Árido (ASA), Contag, Fetraf, Via Campesina. Na segunda reunião, além das organizações, redes e movimentos citados, estavam presentes a AOPA e o Centro Ecológico, ambas da Rede Ecovida de Agroecologia, e a Rede Xique-xique, organizações da ANA que integram a Câmara Temática Nacional de Agricultura Orgânica e a diretoria da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Participou também um representante da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), que preside a referida câmara temática.

No contexto das articulações interministeriais para a elaboração da proposta constituiu-se, ainda informalmente, um Grupo de Trabalho Interministerial. A primeira iniciativa desse grupo foi identificar metas e iniciativas dos diferentes ministérios assimilados pelos próprios à agroecologia e à agricultura orgânica no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), consolidando o documento denominado “Plano Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção”. Este GT Interministerial tem se reunido periodicamente e se constitui o interlocutor para o debate junto à sociedade civil. A perspectiva do governo federal é lançar a proposta de Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, por ocasião da Rio+20, em junho de 2012.

A ANA tem buscado uma participação ativa na interlocução com o esse grupo na construção desta proposta. Propusemos a realização de reuniões regionais de consulta às organizações da sociedade civil e um seminário nacional, com o objetivo organizar e conferir consistência e amplitude à participação das organizações e movimentos da sociedade civil brasileira na formulação, debate e negociação dessa política com gestores públicos do governo federal. <sup>1</sup>Dando início ao processo sistemático de debate do nosso campo com o governo federal, foi realizada a reunião de trabalho entre a ANA e gestores públicos envolvidos no GTI<sup>2</sup>, cujos resultados são apresentados nesse documento. Nesta reunião as organizações associadas à ANA analisaram o contexto sociopolítico, discutiram os documentos já elaborados pelo GTI e formularam propostas para a continuidade do processo. Em um momento específico essas propostas foram apresentadas e debatidas com os representantes do GTI.

É importante ainda ressaltar que mesmo antes desse diálogo da ANA com o governo, o MAPA, em conjunto com a Comissão Nacional de Produção Orgânica – CNPOrg, já havia produzido uma minuta de decreto de uma Política Nacional de Agricultura Orgânica. Com o envolvimento do MAPA e de organizações integrantes do CNPOrg no debate conjunto com os demais ministérios, esse processo foi reorientado de modo que confluísse com a construção da Política Nacional de Agroecologia e de Sistemas Orgânicos de Produção.

---

1 Para viabilização deste processo o MMA, através do PDA, acolheu a proposta de 6 projetos, apresentados de forma articulada por organizações da ANA; um propondo a realização de um seminário nacional, ao qual se seguirá uma reunião de apresentação da síntese das discussões e propostas aos gestores dos ministérios envolvidos e outros cinco seminários regionais, com igual objetivos, de debater e produzir subsídios à formulação da política nacional, a partir de suas respectivas realidades e experiências em diferentes contextos socioambientais de promoção da agroecologia.

2 Estiveram presentes representantes do MMA, MAPA, MDS, MDA, CONAB e do INCRA.

### **3. Percepções das redes e movimentos sobre a proposta de Política**

#### **Contexto**

É inegável que nos últimos anos (sob pressão dos movimentos sociais do campo) foram formuladas e implementadas políticas públicas que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, como as políticas de financiamento voltadas à diversificação dos sistemas produtivos (Pronaf Agroecologia e Pronaf Semi-Árido - em que pese terem tido muito baixa sua execução e abrangência) e a Política e Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, que significou uma ampliação de escala dos serviços de ATER. Estes dois campos de políticas, do financiamento e de ATER, no entanto, ainda se orientam principalmente por um enfoque técnico e metodológico de difusão de tecnologias aos agricultores familiares, embora existam diversas iniciativas inovadoras, de organizações da sociedade civil e também de órgãos públicos, orientadas pelo enfoque agroecológico e por abordagens metodológicas participativas baseadas no diálogo de saberes.

Merecem ainda destaque, como campos férteis de inovação no que diz respeito a políticas públicas, a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, mais recentemente, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que promovem o aumento e diversificação da produção, circuitos curtos de comercialização associados a iniciativas garantidoras da segurança alimentar e nutricional. Além desses, tiveram maior apoio de políticas públicas, nos últimos anos, as feiras da agricultura familiar, feiras da roça, agroecológicas, e também iniciativas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar. Outro exemplo de política pública de fortalecimento da agricultura familiar são dois programas executados no semi-árido brasileiro pelas organizações que fazem parte da Articulação do Semi-Árido (ASA-Brasil), o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) e o Programa Uma Terra de Duas Águas (P1+2). Esses dois programas, bem como os outros citados acima, demonstram como ações voltadas às necessidades concretas das populações, adaptadas aos contextos socioculturais e ecológicos locais, executadas em parceria com organizações da sociedade civil, tem um grande impacto nos territórios e podem garantir autonomia, qualidade de vida, renda e segurança alimentar.

A despeito dos avanços representados por algumas políticas, que cumprem papel de fortalecer a agricultura familiar, tem se evidenciado que não apenas são insuficientes, como seu caráter fragmentado não as situam como um corpo coerente de orientações deliberadamente voltadas para a viabilização e a disseminação da agroecologia como uma alternativa de organização socioeconômica, tecnológica e ambiental do mundo rural brasileiro. Os impactos deletérios do padrão dominante de desenvolvimento rural e as evidências cada vez mais reconhecidas do caráter sustentável e da viabilidade técnico-econômica da produção agrícola de base agroecológica interpelam as políticas públicas no sentido de formular e implementar um conjunto coerente de políticas que sustentem o crescimento em escala da agroecologia e promovam a proposta agroecológica como alternativa para o desenvolvimento rural no Brasil. Neste sentido, é positiva a iniciativa do governo na proposição de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, que poderá possibilitar avanços na institucionalização e desenvolvimento conceitual e prático de políticas para a promoção da agroecologia. A iniciativa abre também excelente oportunidade para o fortalecimento da ANA e sua expressão política.

Mas o que constatamos durante o governo Lula e no governo Dilma é que o Estado, em seu conjunto, vem reiterando um modelo de desenvolvimento em contradição com os postulados defendidos pela ANA e consagrados em seus documentos políticos: a não realização da Reforma Agrária; a violação dos direitos territoriais; a liberação dos transgênicos, a ampliação do consumo de agrotóxicos, as mudanças do código florestal, do código de mineração etc. Ao mesmo tempo em que o governo reafirma a necessidade de produzir mais alimentos, existe ainda um grande preconceito com relação ao potencial da agricultura familiar responder ao desafio do aumento da

produção, e menos ainda em bases agroecológicas. Isso é uma leitura ideológica associada aos interesses econômicos do agronegócio. E apesar de reiterar e aprofundar o modelo de desenvolvimento que questionamos, o governo brasileiro vem anunciando a incorporação da perspectiva agroecológica em diferentes programas e instituições. O que percebemos é que a concepção de agroecologia que o governo vem assumindo não questiona esse modelo e privilegia a idéia de espaços de nicho de mercado.

A despeito da participação da ANA em sua proposição, o Programa Nacional de Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade, inscrito no PPA 2008-2011, acabou por se constituir em um “ajuntamento” de iniciativas pontuais de ministérios e outros órgãos públicos, sem guardar necessariamente coerência com as proposições conceituais e metodológicas da ANA. O já referido Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica tem a mesma característica, ou seja, é formado por muitas iniciativas desconectadas entre si, sem nenhuma coerência com as elaborações acumuladas pela sociedade civil, além de ter abrangência e orçamento extremamente restritos. Assim elaboradas, essas orientações da política pública constituem em si uma demonstração dos limites que a hegemonia dos interesses do setor do agronegócio impõem à elaboração e implantação de políticas estruturantes para o desenvolvimento rural fundamentadas na agroecologia e também revela a fragilidade e fragmentação dos setores governamentais que tem procurado pautar a agroecologia “para dentro” do governo.

Quando se definem as mudanças no Código Florestal por fora do debate da Agroecologia, definem-se limites até onde podemos ir. A política energética do país é outro limite. Temos que saber até onde podemos ir nesse momento político. O Pronaf é outro exemplo, segue promovendo o modelo convencional de agricultura junto à agricultura familiar. O enfoque da pesquisa na Embrapa e a formação dos/as profissionais idem. Vamos conseguir resolver os problemas dos indígenas, quilombolas, sem terra? Mais um exemplo: a ASA Brasil construiu um programa de formação e mobilização social inédito e de ampla capacidade de impacto social e o governo procurou interromper o programa no final de 2011. Como avançar com uma política de agroecologia e ao mesmo tempo desmontar um programa como o P1MC, ou P1+2? Outro exemplo que evidencia grande contradição: iniciativas inovadoras de fomento do próprio MMA, como o PDA, vem sendo desmontadas. A visão gerencial do governo, atrelada ao cumprimento de metas físicas no curto prazo, é um grande bloqueio à construção de processos longos e duradouros de desenvolvimento fundamentados nos princípios da sustentabilidade socioambiental.

Há também bloqueios estruturais. É preciso atuar sobre as contradições assim como precisamos de uma leitura fina sobre o que está desmoronando, levando em conta as diferenças entre os vários biomas e sujeitos em luta. Quando falamos do sul, há ênfase no Pronaf. Mas o diagnóstico na Amazônia destaca outros processos. É importante pensar essas diferenças do ponto de vista das diversidades culturais e biomas.

### **Conjuntura atual: riscos e oportunidades no processo de construção da política**

Inicialmente é preciso considerar que a atual correlação de forças é desfavorável e, de certa forma, somos responsáveis, enquanto movimentos sociais, por não termos nos mobilizado para questionar a essência do modelo. É preciso, portanto, debater a proposta da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção com esta clareza: de que não estamos diante de uma oportunidade de mudança radical no modelo de desenvolvimento hegemônico.

Pelo contrário, existem percepções de que vivemos uma crise enorme. Esse é o pano de fundo do processo em que estamos envolvidos. Nossa entrada nesse debate deve ser bem refletida. Se é o governo que propõe uma política de agroecologia, significa que estamos derrotados já que esse mesmo governo libera transgênicos, aprova as mudanças no código florestal, etc. O governo vai

lançando programas e dando grande visibilidade pública para seus programas: “Mais Alimentos”, “Territórios da Cidadania”, etc. Na verdade há uma imagem teatral porque os rumos não são mudados. Muita coisa está se desmoronando. O Pronaf chegou ao limite, há um grau de endividamento estrutural, na agricultura familiar. E a posição crítica é muito amena. Agora, no curto prazo, o governo quer criar uma Política de Agroecologia, quando teve nove anos para fazer isso. É preciso ter cuidado para não legitimar uma política e um plano que podem ir na contramão, ou podem não contribuir para o avanço de nossas proposições, e de não deixar de exercermos nosso papel crítico e de denúncia em relação às políticas estruturantes desse modelo. A economia verde é um dos eixos da Rio +20...

É preciso entrar nesse debate da política de agroecologia com bastante pé no chão, sobre qual é a relação que podemos estabelecer com o governo. Há semelhanças com o que se passou com o debate do Código Florestal. Em 2009, os movimentos construíram durante vários meses com o MMA dois decretos: um de regularização ambiental de assentamentos e propriedades e outro sobre manejo florestal e sistemas agroflorestais. Alcançou-se construir algo no campo do crédito, fomento, Ater... Foi possível avançar bastante nos debates com o governo porque era tudo muito bem recebido pelo MMA, mas não foi adiante. Parece haver um enfraquecimento do setor governamental mais próximo das concepções da agroecologia, que tem dificuldades para confrontar as incoerências de outras ações ou políticas. Grande parte do que vem das forças hegemônicas dentro do governo é ou tem que ser aceito. Este histórico do tipo de negociação feita nos mostra que há um risco grande de que o que vai sair lá na frente pode ser muito diferente do que queremos e propomos. E nosso nome estará lá, pelo menos no início.

Se, por um lado, não podemos perder a nossa capacidade de olhar no horizonte de longo prazo, não perder a capacidade de sonhar, mantendo nossa pauta estrutural e transformadora, por outro lado, como devemos nos movimentar no curto prazo, em função dessas circunstâncias? É necessário que saibamos nos posicionar para esse diálogo, discutindo conteúdos da política e de como esta pode melhorar a correlação de forças. Ao mesmo tempo, como explicitamos nossas posições, tensionando o debate sobre modelo de desenvolvimento, da relação da sociedade civil e Estado, que também é um tema central em nosso debate. Assim como o governo, estamos vivendo um “apagão” de idéias e proposições. Do nosso lado também não temos exercitado a construção coletiva de propostas mais abrangentes de políticas, que vão além do esforço que vem sendo feito por GT’s temáticos ou das redes regionais. Precisamos aproveitar a oportunidade para elaborar propostas que articulem as diferentes dimensões e partam dos acúmulos existentes.

Há sim um risco de sermos usados para legitimar a proposta do governo, isto já foi apontado. O governo pode ter o interesse de limpar sua imagem chamuscada pela aprovação do novo Código Florestal, embora não seja esta a motivação das pessoas do governo com as quais estamos dialogando. O governo tem a necessidade em demonstrar seu empenho nas questões relacionadas com as mudanças climáticas, conservação das águas, da biodiversidade etc., que estão na base das justificativas de uma “economia verde”. Pode-se supor que por aí reside o interesse e disposição do governo de debater e construir uma política de agroecologia. De pelo menos anunciar e “propagandear” isso durante a Rio + 20. Se é assim será possível colocarmos um preço para isto? Que avanços seria possível obtermos? Seja do ponto de vista da oportunidade de aprofundarmos o debate, em nosso campo, sobre o que queremos em termos de uma política de agroecologia, seja do ponto de vista da manutenção e/ou reorientação de algumas ações previstas no PPA ou a implementação de outras ações. O que podemos propor, neste contexto, visando nossa acumulação de força, para em outro contexto se buscar avanços mais estruturais?

Devemos pensar também em quais são os riscos de não entrar no debate. É um movimento aparentemente contraditório do governo, em um contexto em que os retrocessos são grandes. Não devemos perder a perspectiva de que se a Rio+20 é uma oportunidade para o governo, é também para nós. Pode representar um espaço das denúncias, mas também da afirmação das alternativas que

a agroecologia propõe.

Temos a clareza de que uma política de agroecologia terá limites claros, neste contexto. Até onde poderemos avançar (pequenas vitórias) neste processo é o que buscamos neste diálogo. Portanto, é preciso manter nossa autonomia e nosso papel de tensionamento em relação aos temas estruturais, ao mesmo tempo em que negociamos os avanços possíveis. O que estamos fazendo aqui é exercitar o que fazemos em nossas organizações: tensionamos com o governo, em espaços públicos ou relações bilaterais. Não podemos alimentar expectativas de conseguir grandes vitórias estruturais. Estamos buscando pequenas vitórias e fortalecer nossa capacidade política, embora correndo um risco, de que o governo possa ressignificar o debate e as nossas pequenas vitórias transformarem-se em derrota.

Portanto o pano de fundo de construção da política é delicado, mas há uma certa convergência em nosso campo de que é necessário buscar avanços, mesmo que pequenos e parciais, nas políticas do Estado. Fortalecer programas como o da ASA e PAA, que atingiram escala e demonstraram que dão certo. De toda forma é preciso resguardar nossa autonomia política – entramos no debate sem condicionantes. Nosso horizonte é estratégico e estamos pactuando medidas possíveis coerentes com essa estratégia. O nosso exercício é o de combinar o tático com o estratégico, consolidando algumas conquistas e avançando em outras, sem deixar de explicitar as contradições.

Esta é também uma oportunidade de politizar o debate entre Estado e sociedade. Há segmentos de esquerda que compreendem que o Estado está cumprindo o seu papel e a tendência dos programas governamentais é trazer responsabilidade só para o Estado. Fragiliza-se a visão dentro do governo de que a sociedade civil organizada tem um papel fundamental na elaboração e também na execução de políticas, especialmente quando se fala em uma política de agroecologia. O governo retira iniciativas da sociedade civil e isso limita nossa capacidade de agir. Por isso não podemos perder de vista o horizonte estratégico e pensar em iniciativas que reforcem ações locais, as redes (aí se inclui a ANA) e movimentos sociais. Devemos deixar claro que as inovações que se construíram no campo da agroecologia sempre foram fruto da mobilização da sociedade civil, muitas vezes apesar das políticas públicas ou sem nenhum apoio governamental, e que a ampliação de escala das iniciativas em agroecologia só se dará com o apoio às organizações dos agricultores e das entidades de assessoria.

Não devemos também nos limitar ao diálogo aberto em torno da construção da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. As pressões e negociações devem se dar nos diferentes espaços de interlocução onde as organizações e movimentos já incidem ou podem incidir. A pauta da agroecologia deve entrar com centralidade nas jornadas de luta dos movimentos neste ano de 2012. As pautas em geral não trazem esse debate para a centralidade e se isso não vier no centro não acumularemos força e capacidade política. Aproveita-se ou não o momento político para avançar?

Sobre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica apresentado pelo governo, em primeiro lugar, se constatou um equívoco em elaborar o plano como primeiro passo. Em função das próprias diferenças entre os ministérios envolvidos na elaboração e dos limites colocados pelas reais prioridades do governo, em seu processo de elaboração o plano foi se despolitizando e terminou ficando um projeto gerencial. A idéia do governo foi de aumentar a capacidade gerencial das ações já previstas no PPA. Supõem que se trabalharem juntos otimizam os resultados, mesmo sabendo que o conjunto é insuficiente. Consideram ainda que o Plano foi importante para dar visibilidade às iniciativas já existentes. As organizações do campo agroecológico presentes na oficina consideraram que esse plano não deve ser nosso ponto de partida na discussão da política. Ele é uma referência, mas devemos partir de outras premissas e outro processo de construção.

#### 4. Premissas do “campo agroecológico”

Na oficina da ANA foi possível assim se debater alguns princípios e premissas que devem nortear nossos debates e proposições nesse diálogo em torno da política de agroecologia. É importante que se afirme na política algumas premissas que consolidem um enfoque para a elaboração de programas, ações e instrumentos. Alinhamos na oficina três premissas:

- Em primeiro lugar, a construção da agroecologia se assentou até hoje nas iniciativas da sociedade civil e seguirá sendo fundamental a participação ativa da diversidade de atores/as envolvidos. A proposta da agroecologia depende da iniciativa da sociedade civil, respeitando as diversidades e territorialidades. As especificidades locais determinam essa necessidade de participação social. As soluções generalizadas não são compatíveis com o enfoque da agroecologia. O protagonismo desses/as atores/as, na proposição e execução das políticas é essencial. Isto nos remete para à relação Estado x sociedade. A possibilidade de conferir protagonismo aos atores sociais e de que a sociedade também execute políticas depende de mecanismos e instrumentos que favoreçam este tipo de participação. O P1+2 é um bom exemplo de participação social que fortaleceu a sociedade, assim como o PAA. Queremos acentuar novas formas de gestão e por isso destacamos esses programas como processo social. É preciso pensar em formas de gestão da política que leve em conta a diversidade, as várias expressões – identidade e territorialidade - da agricultura familiar. É necessário que o Estado apóie o fortalecimento dos movimentos e organizações sociais. O papel do Estado democrático é o de apoiar a sociedade civil a organizar suas demandas e propostas e possibilitar que esta seja protagonista na sua execução e controle social.
- Em segundo lugar, não estamos falando de uma Política voltada para um segmento econômico. Em outras palavras: não estamos procurando criar instrumentos para fortalecer um nicho de mercado orgânico ou “agroecológico”. O nosso foco está centrado na promoção da agricultura familiar, das populações tradicionais e indígenas como base sociocultural e econômica do desenvolvimento rural. Para ser efetiva, qualquer estratégia para superar a pobreza e as desigualdades sociais implica a adoção de medidas que ampliem as margens de liberdade desse conjunto de populações, especialmente das mais pobres, para que possam usufruir dos processos de geração de riquezas na sociedade. O enfoque agroecológico deve orientar estratégias voltadas para a diversificação produtiva, a busca de crescentes graus de autonomia técnica e econômica e o reenraizamento dos sistemas produtivos em seus contextos culturais e socioambientais de implantação. É preciso debruçar-se sobre os obstáculos existentes à ampliação de escala e efetividade das trajetórias de transição agroecológica, entendidas aqui como processos sociais geradores de conjuntos dinâmicos e interrelacionados de novidades, não circunscritos aos seus aspectos técnico-produtivos, mas que mobilizam processos mais abrangentes de construção de novas relações com os mercados, de reconexão dos sistemas técnicos com os ecossistemas locais e de promoção de modos de vida sustentáveis. Portanto, estamos falando da necessidade de construir mercados, mas para o conjunto dessas populações, em uma dimensão em que se enfoque a divisão de poder, que inclua um sentido ético, em que as populações se apropriem da maior parte da riqueza gerada pelo seu trabalho. Existe sim um nicho de mercado orgânico, mas nossa proposta de política não deve se limitar a isso.
- Por fim, a questão da escala nos leva ao modelo de desenvolvimento, especialmente do modelo de desenvolvimento rural. Apesar dos inegáveis avanços das políticas sociais de distribuição de renda, a permanência da desigualdade social em um país com tão vastas disponibilidades territoriais, ambientais, econômicas e culturais só pode ser explicada pela continuidade do histórico padrão de desenvolvimento que reproduz estruturas de poder bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios. Pela permanência de um modelo de desenvolvimento rural concentrador de renda e dos fatores de produção, sobretudo a terra.

Portanto, ao elaborarmos propostas para uma política de agroecologia, em um contexto de hegemonia do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, não podemos perder de vista que essas propostas devem ser coerentes com nosso objetivo de mudança desse modelo. É preciso que tenhamos uma visão estratégica de como estas propostas podem contribuir na acumulação de forças, na construção de outro modelo de desenvolvimento, ainda que este só possa ser alcançado em outro contexto sócio-político.

## **5. Processo de elaboração da Política de Agroecologia e de Produção Orgânica**

Sobre o processo oficial de elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, os representantes governamentais informaram que ele se encontra no âmbito do gabinete dos ministros do MMA, MAPA, MDA e MDS. Esta foi uma das justificativas apresentadas para a não inclusão do MEC (Secretaria de Ensino Técnico e Tecnológico), do MPOG (Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico), EMBRAPA e CONAB na minuta de decreto que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da Política, apesar de figurarem como participantes na elaboração do Plano. Outra justificativa foi a de que a tramitação em muitos ministérios comprometeria os prazos estipulados para a finalização da Política.

O debate feito pela ANA e movimentos na oficina, externado aos nossos interlocutores governamentais, foi de que era fundamental incluir no GT Interministerial os demais ministérios e órgãos vinculados que participaram da elaboração do Plano, além de outros que ainda não integram a iniciativa e que são importantes na implementação de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, como o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Saúde (ANVISA).

O INCRA está sendo também mais articulado na iniciativa, uma vez que pretende abrir um novo processo para a reforma agrária a partir desse ano. Fez um diagnóstico da reforma agrária, por meio do qual identificou muitos problemas com relação à infraestruturas, falta de assistência técnica etc. e este foi apresentado aos movimentos. Reconhece que há grande responsabilidade do próprio INCRA nesta situação e por isso o tema da produção nos assentamentos ganha centralidade, tendo a agroecologia assumido um enfoque estruturador.

Antes mesmo da elaboração do Plano, já havia uma iniciativa para a elaboração de uma Política Nacional de Agricultura Orgânica, encabeçada pela Comissão Nacional de Produção Orgânica – CNPOrg, envolvendo também as CPOrg nos estados. Assim, esta se constitui em outra instância de debate da Política de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, uma vez que se procurou convergir estes dois processos.

A proposta da política também será debatida em outras instâncias que têm interface com a temática: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Nossos interlocutores no governo ainda afirmaram que outros setores, inclusive empresariais poderão influenciar a definição da Política. Embora estes interlocutores afirmem que o seu esforço e compromisso em apoiar são estas consultas que estão sendo feitas junto à ANA e aos movimentos sociais, e junto às CPOrg e aos conselhos mencionados, não esta descartada a influência de outros setores em instâncias governamentais superiores.

No debate realizado em nossa oficina, chegamos a uma posição convergente de que, apesar de todos os riscos envolvidos, devemos dar seguimento a esse processo de diálogo da ANA e movimentos sociais com o governo na construção da Política. No entanto, ressaltamos aos nossos interlocutores no governo que o faremos com total autonomia, garantindo um espaço próprio de debate e elaboração das nossas organizações, sem abdicar de nossos posicionamentos críticos em relação às

políticas e ações do governo que vão à contramão da agroecologia.

Ampliaremos o debate a partir dos seminários regionais e consolidaremos um posicionamento unificado do campo da ANA no Seminário Nacional previsto para os dias 10 a 12 de abril de 2012. Apresentaremos uma proposta que queremos ver assimilada na Política, portanto não temos a expectativa de apenas sermos consultados. Temos a idéia de apresentar uma peça de negociação, que deverá ser acolhida pelo GT Interministerial e posta em negociação antes da finalização da Política pelo governo. O cronograma para sua finalização deve incluir essa negociação para que o nosso esforço seja valorizado e não se perca pela premência do cronograma no momento da finalização oficial da proposta de decreto.

Para que tenhamos um mínimo de segurança sobre a efetividade de nossas propostas, é necessário mobilizarmos um arco ampliado de setores para o debate e para a divulgação dessas propostas. Isso inclui pensarmos uma estratégia conjunta de atuação na Rio + 20.

## **6. Os Seminários Regionais**

Os seminários regionais debaterão e produzirão subsídios à formulação da Política Nacional, a partir de suas respectivas realidades e experiências em diferentes contextos socioambientais de promoção da agroecologia.

Como subsídio e insumos para os debates nos seminários regionais foram considerados os seguintes processos e documentos:

1. Este documento, baseado nas discussões e encaminhamentos realizados na oficina da organizada pela ANA nos dias 02 e 03/02/2012.
2. Os documentos produzidos pelas redes e movimentos nos últimos anos, as cartas políticas do II ENA, do Encontro de Diálogos, do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia e de outros eventos regionais importantes, etc.
3. A minuta de decreto presidencial que institui a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção e a que institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de elaborar política. Outro subsídio é o documento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que é também uma referência, embora não consideremos que se constitua como ponto de partida para a elaboração de nossas propostas, em função do seu escopo fragmentado e fragmentador.
4. Contribuições específicas das próprias entidades ou redes para o debate. Apesar do pouco tempo até os seminários regionais, consideramos que os participantes dos mesmos devem ser portadores de reflexões coletivas, ampliando a participação no processo.

Para viabilizar a construção coletiva de uma proposta da ANA, até o seminário nacional, considerou-se que o processo de discussão deve ser equivalente nas regiões, sem evidentemente desconsiderar as especificidades regionais. Foi sugerida a organização do debate em torno de três eixos:

1. Premissas políticas: debate sobre o contexto das políticas vigentes e das premissas que norteiam nossa construção coletiva a partir das regiões e do ponto de vista e nacional.
2. Proposta de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção: devemos chegar ao final dos seminários com uma proposta de política bem delimitada, com objetivos, diretrizes, gestão da política e elementos para o seu detalhamento, ou seja, os

instrumentos, ações executivas prioritárias, fontes de financiamento e o próprio processo de detalhamento da política.

3. Processo de discussão e negociação da política: Nossas propostas deverão ser apresentadas em várias instâncias e não só para o Grupo de Trabalho Interministerial. Portanto, precisamos definir nossas estratégias para o debate com o governo federal, com outros agentes públicos nas regiões e estados e também nas redes e movimentos, levando em consideração inclusive o contexto da Rio + 20 e Cúpula dos Povos.

Núcleo Executivo da ANA, Fevereiro de 2012.